



CAUSAS DA DECADÊNCIA
DOS POVOS PENINSULARES

Antero de Quental

CAUSAS
DA DECADÊNCIA
DOS POVOS PENINSULARES
NOS ÚLTIMOS TRÊS
SÉCULOS



Prefácio de
EDUARDO LOURENÇO

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMVIII

NOTA A ESTA EDIÇÃO:
Os textos de Antero de Quental foram reproduzidos a partir da edição de 1871 (Porto, Tipografia Comercial), tendo-se procedido apenas à sua actualização ortográfica.

© 2008, Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A
1500-627 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*
Autor: Antero de Quental
Prefácio: Eduardo Lourenço
Revisão: Tinta-da-china
Capa e Composição: Vera Távares

1.ª edição: Outubro de 2008

ISBN 978-972-8955-70-0
Depósito Legal n.º 283687/08

ÍNDICE

9
REVISITAÇÃO DA
MITOLOGIA ANTERIANA
por Eduardo Lourenço

31
CAUSAS DA DECADÊNCIA
DOS POVOS PENINSULARES

97
ANEXOS
Programa das
Conferências Democráticas
Portaria do Ministério
do Reino proibindo
as Conferências
Carta de Antero
dirigida ao presidente
do Conselho de Ministros

REVISITAÇÃO DA
MITOLOGIA ANTERIANA
por Eduardo Lourenço

«Agir... mas agir como? Como poderia um socialista português cerca de 1870, intervir na *res publica* de modo a modificá-la, rasgando os caminhos do porvir? Mediante conferências a que nunca assistiram mais do que duas escassas centenas de ouvintes?»

JOEL SERRÃO, *Breve Introdução ao Ensaio Sergista*, 1963.

QUASE UM SÉCULO e meio após a logo memorável intervenção com a qual Antero de Quental abriu as Conferências do Casino, em 27 de Maio de 1871, dedicada ao tema das *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*, talvez se imponha a releitura de um texto que desde o seu nascimento se tornou na referência mítica da cultura portuguesa moderna. Ou com mais precisão, o seu próprio acto fundador.

Nas circunstâncias presentes da nossa cultura, imersa num contexto planetário tão diverso do, então, ainda histórico e ideologicamente eurocêntrico, talvez alguns esperem que uma releitura da célebre Conferência redunde menos numa reiteiração da mitologia cultural inaugurada por Antero sob o signo da Decadência como uma espécie de estigma indelével e recorrente do nosso destino

peninsular, do que no da obliteração definitiva desse paradigma fantasmático a que um prosador e um poeta de génio conferiu uma aura mítica.

Será ilusório imaginar que nada mais do que reler o texto anterior na óptica actual, tão diversa da que justificou então e explica ainda hoje, se não a necessidade, pelo menos o impacto duradouro desse prodigioso ajuste de contas da nossa cultura consigo mesma, bastará para o confinar na História no sentido de puro passado. O que, aliás, essa História, pura tensão para o futuro e dela indissociável, nunca é. A esse título e na sua essência, o que chamamos História é, em permanência, reciclagem do passado. É como texto duplamente mítico no sentido banal e no mais importante de estar ainda vivo pela paixão polémica que o viu nascer e pelo acto de ruptura cultural (o primeiro e até hoje sem igual) que o texto das «Causas» merece ser lido. Não por exigência nossa, mas dele. Pela vontade de radicalidade e mesmo de utopia assumida de onde nasceu. E sobretudo, como um texto que, em última análise, nunca foi, por assim dizer, *lido*. Lido, quer dizer, integrado, incorporado, mesmo através de uma recusa fundamentada e assumida, pelo «corpo cultural» do tempo português de então que ele punha tão apaixonadamente em causa. Não que os nossos homens representativos da época não se

tivessem dado conta do seu radicalismo e da ameaça ideológica e política que representava, como reflexo, dentro dos nossos muros, da revolução — no sentido ainda incipiente — dos outros na Europa. Basta ler o precioso voluminho que José-Augusto França consagrou à polémica desencadeada no Parlamento pelo fecho abrupto das «Conferências», para o constatar. Foi o acto político antidemocrático dessa proibição, sobretudo, o que aí se discutiu, pois era aí, no Parlamento, que devia e foi discutido. O texto fundador de Antero ficará como o que não será discutido. E em última análise, porque então, *culturalmente*, ou não era discutível, ou suporia, para que o fosse, que o «processo» inaugurado pelo discurso de Antero se justificasse pela existência de uma cultura que não existia entre nós, se não como falta dela. O que era justamente a paradoxal exigência de Antero.

O que não existia em Portugal no momento das famosas Conferências, não era a Cultura e uma cultura vivida segundo o código liberal (à vista de hoje, quase libertário), como a participação da nossa «intelligentsia» na polémica do Parlamento de sobra o manifesta, mas uma nova ideia de cultura que ao fim e ao cabo era apenas, com esse grau de consciencialização, a do então jovem Antero: uma Cultura que punha em causa, radicalmente, a tradição cultural

a corrupção dos costumes; e apelou-se para a regeneração moral. O que foi que, nisto tudo, ofendeu os *homens da ordem*? Foi a exaltação do sentimento cristão? foi a apoteose da liberdade? foi o culto da moral? Ou foi então a censura das doutrinas fanáticas, a reprovação do despotismo e da imoralidade? Parece que, no conceito do sr. marquês, as crenças e instituições do Estado são ultramontanas, absolutistas e corruptoras — visto que tanto se doeu. Houve desacato! Repetir verdades eternas é desacato. Agora jurar no parlamento a religião e as instituições do Estado, desprezando-as no fundo do coração, isso é respeitá-las! No Casino a franqueza é um crime social: no parlamento a hipocrisia é uma verdade política. Que pensariam Sócrates e Jesus das virtudes parlamentares do sr. António José d'Ávila?

Ah, sr. marquês! em presença de certos factos (e este é um deles) sinto uma melancolia profunda invadir-me, envolver-me a alma! É assim que, no momento mais solene do século XIX, e num dos momentos mais críticos da nossa história, com os perigos visíveis e invisíveis que correm sobre nós de todos os lados do horizonte, é assim que homens encanecidos na arte, tão cheia de lições e experiência, de governar os outros homens, dão ao mundo o espectáculo da incapacidade, da intolerância, e da mais assustadora ignorância das verdadeiras ques-

tões do nosso tempo?! São estas as lições com que educam o sentimento público, a opinião? É assim que preparam o futuro? Aonde vamos nós por este caminho? ao absolutismo? não, que não tem força para tanto. Vamos à mais repugnante das dissoluções sociais, à dissolução dos princípios, a gangrena dos espíritos, a morte moral!

O assunto é sério e triste. Já não me posso rir, e a indignação cedeu inteiramente à melancolia que inspira o destino provável de uma nação, que os seus *salvadores* se esforçam cada vez mais por condenar irremissivelmente! Já não me posso rir, sr. marquês, apesar de continuar a vê-lo: é que por detrás de V.Ex.^a, em redor de V.Ex.^a, dentro de V.Ex.^a, vejo eu uma coisa bem pouco para riso: um mundo que apodrece!

Este estado de coisas, e o estado dos espíritos que ele acusa, não serão a justificação mais eloquente do pensamento e do facto das conferências? A prova luminosa de que eram necessárias, de que eram profícuas? de que estava ali, se não um exemplo a seguir, pelo menos uma tentativa louvável a respeitar, a animar? Pois que! quando os pensamentos se abaixam, quando os caracteres se degradam, quando os princípios se obscurecem, quando as intenções se envenenam, quando os actos públicos revelam a triste anarquia que vai nas consciências... pois que! não será esse o momento próprio,

conveniente, necessário, de apelar para a regeneração das ideias, para a propagação dos estudos, para a dedicação das vontades, para a ressurreição moral? Não será esse o momento de dizer cada um a verdade que tem dentro do coração?

V.Ex.^a diz que não. V.Ex.^a tem 60 anos, é marquês, ministro pela décima vez, governa alguns milhões de homens...e o conselho que nos dá — com essas honras e esses anos — a nós, rapazes, *é que mintamos!*

É o que tem a dizer à mocidade portuguesa um conselheiro da coroa de Portugal!

Ex.^{mo} sr.: nem eu nem V.Ex.^a passaremos à história: e muito menos as ineptas portarias que V.Ex.^a faz assinar um rei sonâmbulo. Mas supondo por um momento que alguma destas coisas possa passar ao século xx, folgo de deixar aos vindouros com este escrito a certeza duma coisa: que em 1871 houve em Portugal um ministro que fez uma acção má e tola, e um homem que teve a franqueza caridosa de lho dizer.

ANTHERO DE QUENTAL
[Publicada em 30 de Junho de 1871]



CAUSAS DA DECADÊNCIA
DOS POVOS PENINSULARES

*foi composto em caracteres Hoefler Text e impresso
pela Guide, Artes Gráficas, sobre papel Besaya
de 90 grs, numa tiragem de 2000 exemplares,
no mês de Outubro de 2008*